



## ARTICULAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS EM ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL<sup>1</sup>

Carla Beatriz Pereira Araújo<sup>2</sup>

Carina Rabelo Farias<sup>3</sup>

Fabiana Ferreira da Silva<sup>4</sup>

João Carlos de Lima Neto<sup>5</sup>

Alessandra da Silva Carrijo<sup>6</sup>

### Resumo

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Curso de Docência na Escola de Tempo Integral promovido pela Universidade Federal de Goiás em 2015 e propõe-se a discutir a articulação das atividades pedagógicas em escolas de tempo integral. A coleta dos dados se deu a partir de conversas informais e de observações. Foram ouvidos quinze relatos de profissionais, entre professores regentes, coordenadora pedagógica, coordenadoras e monitores do Programa Mais Educação, que atuam em duas escolas públicas pertencentes às redes municipais de Goiânia e Aparecida de Goiânia, ambas situadas no estado de Goiás. Os profissionais ouvidos durante a pesquisa ressaltam a desarticulação das atividades desenvolvidas nestas escolas e apontam como principais motivos: a ausência de diretrizes curriculares para o programa, planejamento e a ineficácia das políticas públicas de fortalecimento e valorização dos profissionais do magistério.

**Palavras-chave:** Articulação Pedagógica. Escola de Tempo Integral. Mais Educação.

---

<sup>1</sup>Texto apresentado durante o V Itinerário científico do curso Educação Integral e Integrada: na construção de uma educação intercultural – saberes escolares e saberes comunitários (2015).

<sup>2</sup>Licenciada em Letras pela Universidade Católica de Brasília. Discente do curso de Aperfeiçoamento em Docência na Escola de Tempo Integral. E-mail: carla.beatriz90@gmail.com.

<sup>3</sup>Licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás. Discente do curso de Aperfeiçoamento em Docência na Escola de Tempo Integral. E-mail: carinaa\_rf@hotmail.com.

<sup>4</sup>Licenciada em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Discente do curso de Aperfeiçoamento em Docência na Escola de Tempo Integral. E-mail: fabianaannaclara@hotmail.com.

<sup>5</sup>Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Discente do curso de Aperfeiçoamento em Docência na Escola de Tempo Integral. E-mail: joaocarlos@hotmail.com.

<sup>6</sup>Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: alessandrascarijo@gmail.com (Orientadora).



## Considerações iniciais

A discussão sobre a formação integral do sujeito no contexto escolar tem sido pauta de inúmeros estudos e debates que contribuem para as reflexões sobre o papel da escola no processo de construção de um indivíduo crítico e reflexivo. Autores como Gonçalves (2006), Santos (2009), Cavaliere (2010) e Giolo (2012) abordam temas relativos à escola de tempo integral no Brasil e apresentam o caminho trilhado ao longo de quase um século até chegarmos ao atual Programa Mais Educação (PME), instituído pela Portaria Interministerial nº 17/07 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, atualmente adotado em quase todas as redes públicas de ensino básico do país.

Esta pesquisa desenvolvida no âmbito do Curso de Aperfeiçoamento em Docência na Escola de Tempo Integral, promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) durante o primeiro semestre de 2015 e propõe-se a analisar e discutir a articulação das atividades pedagógicas em duas unidades educacionais que aderiram ao PME, nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia, estado de Goiás. De caráter qualitativo, a pesquisa foi realizada entre maio e junho de 2015, seu público-alvo foram professores regentes, monitores, coordenadora pedagógica de uma das escolas e coordenadoras do Programa Mais Educação nas duas escolas. A coleta de dados se deu a partir de conversas informais e observações.

A realização desta justifica-se pela necessidade de levarmos à academia e à instituição escolar o debate acerca da importância de articulação entre as atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas de tempo integral, tendo em vista que as oficinas e trabalhos realizados no programa nem sempre estabelecem diálogo com o currículo do ensino regular.

## Da educação integral à escola de tempo integral

As discussões acerca da formação integral estiveram ligadas ao movimento de reforma da educação, denominado de *Escola Nova*, que prioriza a formação do indivíduo a partir das



experiências e de suas práticas cotidianas. Este movimento foi de suma importância na constituição da concepção de *Educação Integral*. Entre as escolas que aderiram ao movimento Escolanovista e priorizaram a formação integral do indivíduo ainda no século XX, Cavaliere (2002) vai destacar as *escolas de vida completa* na Inglaterra, as *comunidades escolares livre* na Alemanha e a *casa dos pequenos* em Genebra. A autora ainda afirma que “para os reformistas, a educação deveria assumir-se como fator constituinte de um mundo moderno e democrático, em torno do progresso, da liberdade, da iniciativa, da autodisciplina, do interesse e da cooperação” (CAVALIERE, 2002, p. 252).

No Brasil, a escola integral foi historicamente uma realidade da classe dominante, tendo em vista que, esse modelo escolar era visto como inviável e oneroso aos cofres públicos, estando o processo de escolarização das massas segregado a cursos em apenas um turno, e voltados à formação para o trabalho. O modelo de escola pública em tempo integral não se caracterizava enquanto política educacional, sendo o educador Anísio Teixeira um dos pioneiros a inaugurar escolas desse modelo no Brasil, a *Escola do Parque* na cidade de Salvador, em 1950. Anísio Teixeira propunha um modelo de escola que não fosse entendida como um espaço de confinamento, e sim, um espaço para a sociabilidade e troca de experiências entre os educandos e professores.

No contexto brasileiro, a escola de tempo integral de amplitude nacional, encontra-se em fase de implantação. O documento oficial que aponta o tema como necessidade e prevê sua efetivação é o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001. Em resposta a esta demanda foi instituído pelo Governo Federal, através da Portaria Interministerial nº 17/07 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, o *Programa Mais Educação*, como tentativa de incluir nas redes estaduais e municipais de educação a extensão da jornada escolar para até sete horas diárias.

No conjunto de debates desta pesquisa se faz necessário distinguir *educação integral* de *escola de tempo integral*. Em síntese, a primeira compreende a formação do indivíduo em sua condição multidimensional - bio-psicosocial (GONÇALVES, 2006) e a segunda a ampliação quantitativa da jornada escolar. De acordo com Giolo (2012, p. 96) o Programa Mais Educação encontra-se “bem alinhado e já produz resultados, o que se exige que ande a passos largos na direção de um ajuste real na direção de um ajuste geral das concepções de educação de tempo integral”.



Acreditamos que um dos caminhos para este ajuste possa ser a articulação entre as atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito do ensino regular e do Programa Mais Educação

### **Programa Mais Educação e sua articulação com a escola**

Para analisar se as oficinas e trabalhos realizados no Programa Mais Educação estabelecem diálogo com o currículo do ensino regular, foram ouvidos relatos de 15 profissionais que atuam diretamente com o programa nas duas escolas. Participaram das conversas informais sete professores regentes de turma, cinco monitores do programa, duas coordenadoras do programa e a coordenadora pedagógica de uma das escolas. Tendo como enfoque a discussão acerca da necessária articulação das atividades educativas nas escolas, buscou-se trazer ao debate questões relacionadas à organização e realização das oficinas, o planejamento pedagógico e as contribuições do programa à aprendizagem do alunado.

Um primeiro aspecto a ser elencado diz respeito ao desconhecimento por parte dos professores regentes quanto às oficinas realizadas no PME e aos profissionais envolvidos nele (os monitores), sendo que, dos sete professores ouvidos de ambas as escolas, quatro nem ao menos sabiam o nome das oficinas, dois as conheciam apenas por meio dos relatos dos alunos e somente um possuía conhecimento das atividades e dos profissionais responsáveis por elas. Quanto aos monitores, apenas dois afirmaram manter contato com os professores regentes das turmas.

Em relação aos conteúdos e temas abordados nas oficinas pedagógicas do programa, todos os professores apontaram que são, em sua maioria, desconexos aos abordados nas atividades curriculares regulares. Apontaram como causas dessa desconexão, as diretrizes curriculares do programa, os planejamentos e os esforços dos gestores do programa, representados pela coordenação pedagógica local.

No que se refere às diretrizes curriculares, o que acontece é que o ensino regular é regido por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Diretrizes Curriculares propostas pelas redes, enquanto o Programa Mais Educação é regido por diretrizes específicas das redes como uma parte diversificada do currículo e esta “inclui atividades lúdicas,



esportivas, culturais e cognitivas oferecidas por meio de oficinas” (SANTOS, 2009, p. 58) e estas nem sempre estabelecem diálogos.

Quando professores e monitores citam a questão dos planejamentos, fazem referência às suas construções, realizadas sob orientações e coordenações distintas. Eles nos relataram que são realizados dois planejamentos, que não dialogam entre si. Explicaram ainda que até mesmo os momentos de reunião e discussão dos profissionais são desenvolvidos em tempos e espaços diferentes. O que vai de encontro ao que Santos (2009) apregoa, a saber, que a articulação das atividades desenvolvidas na escola de tempo integral depende do planejamento e da atuação conjunta da equipe.

Os profissionais apontam ainda a insuficiência dos esforços dos gestores locais do programa para o incentivo à integração das atividades, afirmando ser a coordenação pedagógica deste a figura mais indicada para promover o diálogo entre os professores regentes e os monitores. Sendo assim, este deveria atuar como articulador e mediador do diálogo entre esses diferentes profissionais, tendo em vista que estes trabalham em turnos e horários distintos.

Entre as sugestões dadas pelos profissionais ouvidos para melhorar a articulação entre os profissionais que atuam no ensino regular e aqueles que atuam no Programa Mais Educação, estão a abertura de espaços de diálogo e a promoção de encontros entre estes profissionais.

A promoção de maior interação, no entanto, esbarra em questões relacionadas à carga horária e à forma de dedicação ao trabalho, definida hoje pela legislação. Monteiro (2009) asseveram que um professor em tempo integral e com dedicação exclusiva, com salário justo e compatível, seria uma solução viável para tais problemas, afinal,

O horário integral exige e permite que professores tenham tempo para reuniões diárias. Destinadas ao planejamento, estudos e desenvolvimento de práticas reflexivas que possibilitem a constante avaliação e qualificação do trabalho realizado [...] assim essa escola apresenta condições para desenvolver um projeto curricular que oferece oportunidades para aprendizagens significativas, em diferentes situações e tempos e em contato com diferentes profissionais (MONTEIRO, 2009, p. 35-37).

Cavaliere (2010) assevera, não obstante, que a questão da valorização dos profissionais que atuam nas unidades de ensino em tempo integral é ainda um dos grandes



desafios postos ao Programa Mais Educação, pois os professores convivem hoje com a precarização do trabalho e com baixas remunerações.

Com relação aos resultados pedagógicos do programa, todos os profissionais apontaram que são positivos, porém aquém do almejado. Eles culpam a já citada desarticulação que, para eles, acaba repercutindo diretamente no aprendizado do alunado. Afinal, conteúdos e temas abordados nas aulas do turno regular nem sempre estabelecem relação com as oficinas desenvolvidas no contra turno. Alguns afirmam, inclusive, que inúmeros alunos chegam a questionar e justificar o seu desempenho insuficiente nas atividades regulares em virtude de sua participação no Programa Mais Educação. Destaca-se, neste sentido, a resposta apresentada pela coordenadora pedagógica de uma das escolas, quando afirma: “Muitos alunos quando não realizam os trabalhos e as atividades de casa propostos pelos professores acusam a falta de tempo [...] estavam participando das oficinas do Programa Mais Educação”.

Pelo exposto, fica evidente a falta de diálogo das oficinas e dos trabalhos realizados no Programa Mais Educação com o currículo do ensino regular nas duas escolas pesquisadas. Há como vimos, reconhecimento comum, por parte dos profissionais pesquisados, quanto à necessidade de articulação entre as atividades dos dois turnos para que haja aperfeiçoamento das práticas pedagógicas nas escolas observadas. Tal articulação contribuiria, segundo eles, para a promoção de uma aprendizagem mais significativa do estudante.

Essa articulação, no entanto, requer esforços contínuos de todos os profissionais envolvidos no processo educativo, os quais, independentemente da função exercida, possuem objetivos comuns no que concerne à promoção do Programa Mais Educação em suas escolas e à melhoria da aprendizagem dos alunos.

### **Considerações finais**

A questão principal posta ao Programa Mais Educação é “o que estamos fazendo com nossos educandos neste novo tempo de aprendizagem?” Reafirmamos a posição de Gonçalves (2006) ao propor que só poderíamos pensar na ampliação do tempo do educando



na escola ou na implantação das escolas de tempo integral se este momento representar a ampliação das oportunidades e situações de aprendizagem significativa aos educandos.

Dessa perspectiva, todos os profissionais que participaram desta pesquisa destacaram a ausência de alinhamento entre as atividades e acreditam que este ainda seja um grande desafio a ser superado pelo programa. Superá-lo significaria promover esforços conjuntos de toda a comunidade escolar em prol de um projeto comum e coletivo, bem como adequar as políticas públicas de gestão do programa e de valorização dos profissionais da educação. Além desses aspectos, há, por fim, mas não menos importante, a necessidade de nós, professores, pensarmos nossas práticas enquanto profissionais envolvidos no modelo de escola integral, considerando a necessidade de formação integral dos educandos.

## Referências

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de Abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. Disponível em:[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf). Acesso em: 15 de jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto 7.083/10**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm). Acesso em: 10 de set. 2015.

CAVALIERE, A. M. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n.81, p. 247-270, 2002.

CAVALIERE, A. M. Questões sobre uma proposta nacional de gestão escolar local. In: IV Congresso Luso Brasileiro, I Congresso Ibero Brasileiro. **Cadernos ANPAE**, v. 9. p. 1-11, 2010.

GIOLO, J. . Educação de tempo integral: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate. In: Jaqueline Moll. (Org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Editora Penso, 2012, p. 94- 105.

GONÇALVES, A. S. Reflexões sobre Educação Integral e Escola de Tempo Integral. **Cadernos CENPEC**, v. 1, p. 129-135, 2006.



MONTEIRO, A. M. Ciep - escola de formação de professores. In: **Em aberto: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. v. 22, n. 80, Brasília: INEP, abril de 2009.

SANTOS, S. V. **A ampliação do tempo escolar em propostas de educação pública integral**. 2009. 170p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.